



REDD Early Movers (REM) – Acre, Brasil

**Monitoring Evaluation Learning (MEL) Plan
Plano de Monitoramento Avaliação Aprendizados**



15 de Setembro 2021

REDD Early Movers (REM) – Acre, Brasil
Plano de Monitoramento Avaliação Aprendizados

Sumário

1. INTRODUÇÃO	3
1.1. CONTEXTO DO PROGRAMA	3
1.2. OBJETIVOS DO PLANO MEL.....	4
2. ABORDAGEM GLOBAL DO PROGRAMA REM	4
2.1. ABORDAGEM REM E TEORIA DA MUDANÇA (THEORY-OF-CHANGE)	4
2.2. O QUE O PROGRAMA MONITORA?	6
3. ABORDAGEM DE MONITORAMENTO DO PROGRAMA REM	8
3.1. OBJETIVOS E PROCESSO.....	8
3.1.1. EMISSÕES REDUZIDAS	8
3.1.2. REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS / INVESTIMENTOS	10
3.1.3. ARRANJO INSTITUCIONAL DO MONITORAMENTO.....	17
3.1.4. MISSÃO DE MONITORAMENTO ANUAL SOBRE OS AVANÇOS DO PROGRAMA (PROJECT PROGRESS REVIEW, PPR).	19
4. ABORDAGEM DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA REM.....	19
5. ABORDAGEM DE APRENDIZADOS DO PROGRAMA REM.....	21
6. RISCOS DO PLANO MEL.....	22
7. ANEXOS	23

1. INTRODUÇÃO

1.1. Contexto do Programa

O Programa Pioneiros de REDD (REDD Early Movers – REM) foi lançado na Conferência Rio+20 em junho de 2012 como uma iniciativa inovadora da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (ODA, por siglas em inglês) para premiar os pioneiros da proteção das florestas e do clima. O Programa é um pilar da cooperação bilateral alemã de REDD+ e uma contribuição de mitigação das mudanças climáticas através da proteção das florestas.

REM é um mecanismo de cooperação internacional que atua como financiamento ponte (até ter um sistema de REDD internacionalmente aceito), apoiando países e jurisdições de grande escala / regiões que já adaptaram medidas e estão fazendo avanços na mitigação das mudanças do clima e na proteção das florestas – assim chamados *early movers* ou pioneiros das florestas.

O Programa REM foi encomendado pelo Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento (BMZ, na sigla em alemão) e é implementado pelas instituições alemãs KfW-Entwicklungsbank (Banco de Desenvolvimento), responsável pelo componente de financiamento de carbono, e Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ), que providencia apoio técnico às instituições nacionais envolvidas.

No Brasil, o Acre foi o primeiro estado a receber recursos do Programa REM. A primeira fase foi implementada entre 2012 e 2017; e a segunda fase está em andamento e prevista para o período 2017-2022. Um segundo Programa REM no Brasil foi desenhado, em conjunto com estado de Mato Grosso, com início em 2018. O Reino Unido (UK), através do Departamento de Negócios, Energia e Estratégia Industrial (BEIS, por siglas em inglês), decidiu juntar-se à parceria no Brasil e proporcionar pagamentos por resultados adicionais para os dois Programas.

Tabela 1 Panorâmica dos pagamentos por resultados (PPR) do Programa REM no Brasil

Programa	Doador	Montante de PPR	Duração
Acre Fase I	BMZ	16.000.000 EUR	2012-2017
	BMU	9.000.000 EUR	2013-2017
Acre Fase II	BMZ	10.000.000 EUR	2017-2021
	BEIS	17.842.500 GBP	2017-2021
Mato Grosso	BMZ	17.000.000 EUR	2017-2022
	BEIS	23.985.000 GBP	2017-2022

1.2. Objetivos do Plano MEL

O Plano MEL, como a sigla sugere, refere-se a 3 atividades: monitoramento, avaliação e lições aprendidas. O Plano objetiva fornecer uma estrutura de planejamento para o Programa REM em relação ao monitoramento, às avaliações periódicas assim como à gestão de conhecimento.

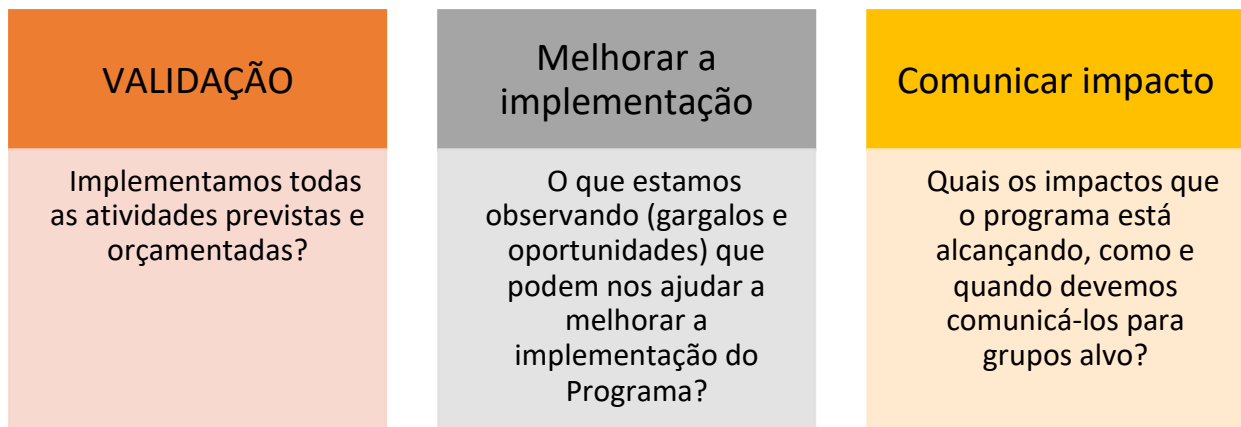
O Plano resume:

- POR QUE o MEL é necessário?
- O QUE é monitorado?
- COMO se monitora? Quais as ferramentas e documentos chaves?
- QUEM é responsável?
- QUANDO o monitoramento ocorre?

Os principais objetivos do Plano MEL são:

- Validar a implementação, mostrando se todas as atividades previstas e orçamentadas foram implantadas adequadamente, e se os recursos foram gastos de forma eficiente;
- Melhorar a implementação do Programa, através de uma análise crítica sobre os gargalos e oportunidades observados durante a implementação;
- Comunicar os impactos que o Programa está alcançando para grupos alvos, como tomadores de decisão e doadores.

Figura 1 Principais objetivos do Plano MEL



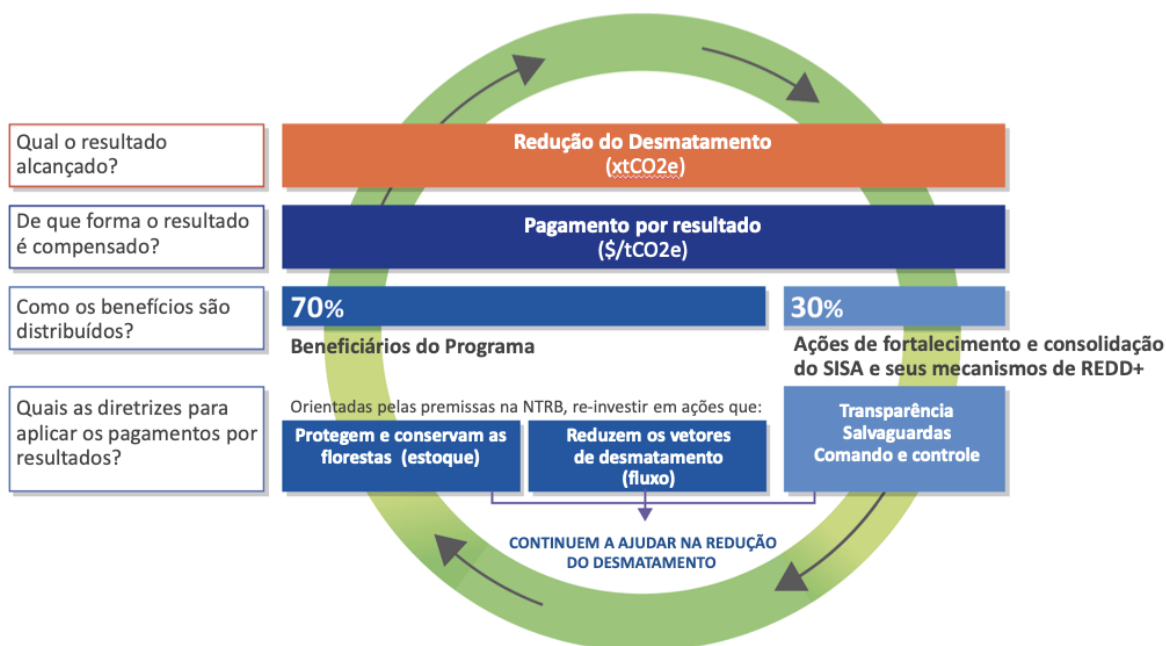
2. ABORDAGEM GLOBAL DO PROGRAMA REM

2.1. Abordagem REM e teoria da mudança (theory-of-change)

O Programa REM é um mecanismo baseado no desempenho de emissões reduzidas (ER) oriundas de redução de desmatamento verificada (*ex-post*). Os pagamentos por resultados do REM premiam o desempenho passado da redução do desmatamento. Ele recompensa conquistas de fato, isto é, resultados verificados na redução do desmatamento.

A teoria da mudança (condicionante do Programa REM) é essencialmente uma descrição/ilustração de como se espera que uma mudança desejada aconteça em um determinado contexto. No caso do REM Acre, a figura abaixo mostra como as atividades do Programa continuam a ajudar na redução do desmatamento, e assim a gerar Pagamentos por Resultados, que por sua vez, são novamente investidos em ações que reduzem o desmatamento, num ciclo contínuo. ¹

Figura 2 Teoria da mudança do Programa



A fim de identificar quais as atividades devem ser apoiadas para que se alcance os resultados e impactos desejados, o Programa REM desenvolveu um documento chamado Quadro de Resultados (Anexo 1). O Quadro de Resultados foi elaborado a partir do Documento geral do Programa², do Marco Lógico (Anexo 2), assim como da Nota Técnica de Repartição de Benefícios (NTRB) (Anexo 3).

A NTRB, por sua vez, determina que os benefícios devem ser distribuídos de maneira equilibrada, tanto àqueles atores que reduzem as emissões de gases de efeito estufa (fluxo), como àqueles que conservam suas florestas (estoque de carbono florestal). A Estratégia de Repartição de Benefícios ainda determina que o apoio se dará por meio de duas linhas. A primeira, de até 30% do total dos recursos, se destina às ações de fortalecimento e consolidação do SISA e seus mecanismos de REDD+. Para esta linha são contempladas as instituições que contribuem diretamente ou indiretamente com o funcionamento do Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA), ações de controle e gestão operacional. Os outros 70%

¹ O Programa REM opera no âmbito da ODA. Assim, não opera como comprador de créditos de carbono ou com uma abordagem comercial.

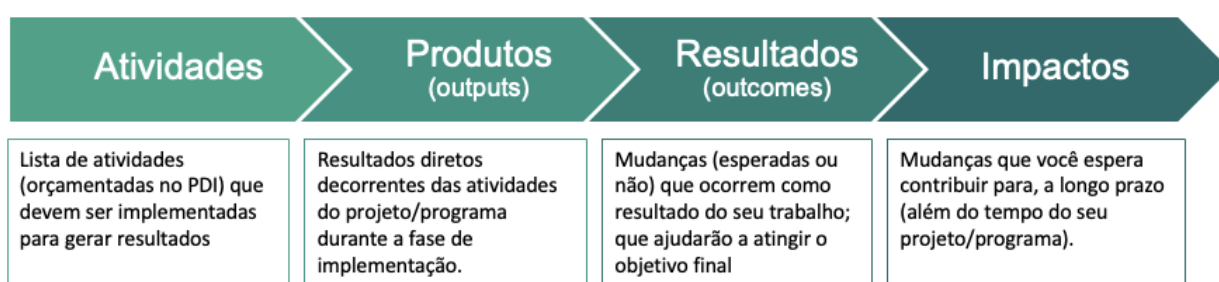
² Documento "Elegibilidade para pagamentos por resultados (FBK-V)"

são destinados aos beneficiários do Programa seguindo as diretrizes de proteção florestal e apoio às cadeias produtivas sustentáveis.

O Quadro de Resultados resume a lógica de implementação do Programa, descrevendo principalmente:

- os resultados e impactos que o Programa pretende alcançar;
- as principais atividades que devem ser promovidas, assim como o público-alvo e os beneficiários;
- as metas do Programa;
- os agentes responsáveis pela implementação.

Figura 3. Resumo do Quadro de Resultados do Programa



O Quadro de Resultados é a base para identificar o que o programa deve monitorar.

Dada a lógica do Programa, os dois grupos de ações/atividades que devem ser monitoradas são:

A) As emissões reduzidas para dar base ao pagamento por resultados

- É primordial monitorar as emissões reduzidas verificadas do desmatamento para dar base ao valor do desembolso do Programa REM (dos pagamentos futuros) e mostrar se o Programa está contribuindo para a redução do desmatamento.

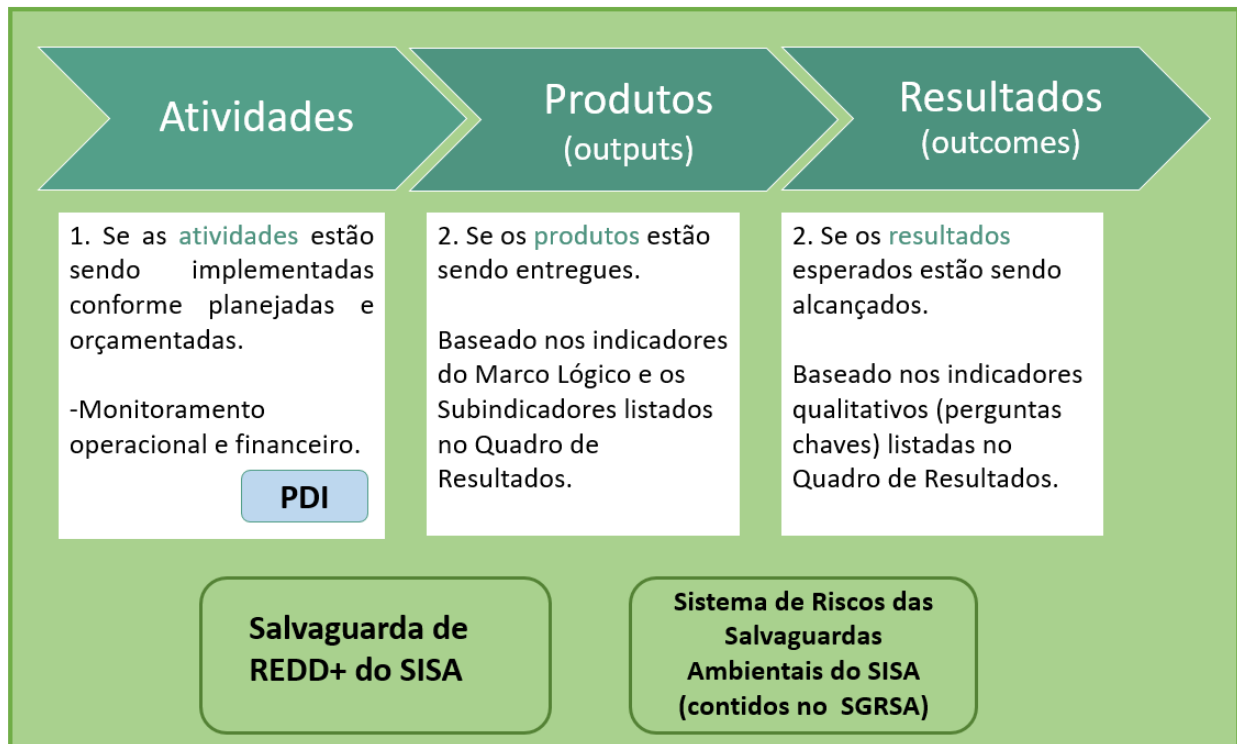
B) A repartição de benefícios

- Como a premissa do Programa é que as ações apoiadas estão ajudando a proteger e conservar a floresta (estoque), assim como reduzir os vetores de desmatamento e as emissões de gases de efeito estufa (fluxo), é importante monitorar se os recursos obtidos estão sendo investidos em ações chaves e prioritárias, seguindo os princípios de uma repartição de benefícios justa e clara, envolvendo uma gama de atores locais. Nesta lógica, os objetivos buscam atingir um número significativo de agricultores familiares, comunidades tradicionais e povos indígenas, de forma a contribuir para a melhoria das condições de vida, a transformação dos sistemas produtivos em direção ao uso sustentável da terra e, estrategicamente, apoiar um ciclo contínuo de redução do desmatamento.

2.2. O que o Programa monitora?

O Quadro de Resultados do Programa é a base para identificar o que se deve monitorar, como refletido na Figura abaixo.

Figura 4. O QUE o Programa monitora?



Assim, o monitoramento é baseado:

- Nas atividades orçamentadas no PDI (operacional e financeiro);
- Nos 7 indicadores da Marco Lógico do Programa;
 - Estes são considerados indicadores obrigatórios do Programa e foram firmados no acordo em separado entre o Programa e o KfW.
- Nos 48 subindicadores de Produtos, elaborados pelo Programa (liderança da UCP), seguindo as diretrizes da NTRB e lógica resumida no Quadro de Resultados;
- Perguntas chaves para identificar resultados e impactos alcançados, sob a lógica resumida no Quadro de Resultados;
- Nos indicadores de Salvaguardas e lista de Riscos identificados (Relatório de “Autoavaliação do Cumprimento de Salvaguardas Socioambientais no SISA e no Programa ISA Carbono do Estado do Acre” Anexo 4, e “Sistema de gestão de riscos socioambientais e salvaguardas do programa REM no marco do sistema de incentivos aos serviços ambientais do Estado do Acre” (SGRSA) Anexo 5).

Tabela 2 Resumo dos Indicadores do Marco Lógico, Subindicadores e Perguntas chaves.

Indicadores		Perguntas para identificar resultados e impactos alcançados
Marco Lógico	Subindicadores do Programa	
1: Número de reduções de emissões (RE) remuneradas pelo REM registradas no REDD+ Info Hub Brasil	1 indicador (do Marco Lógico)	
SUBPROGRAMA 1: Territórios Indígenas		
2: Número de pessoas indígenas beneficiadas	10 indicadores	Perguntas chaves
SUBPROGRAMA 2: Produção Familiar Sustentável		
3: Número de famílias beneficiadas nos territórios sustentáveis	24 indicadores	Perguntas chaves
SUBPROGRAMA 3: Pecuária Diversificada Sustentável		
4: Número de famílias beneficiadas pela pecuária sustentável diversificada	10 indicadores	Perguntas chaves
FORTEALECIMENTO DO SISA E INSTRUMENTOS DE REDD+		
5: O sistema subnacional de REDD+ está integrado com o sistema nacional no âmbito da contabilidade de carbono e salvaguardas	1 indicador	Perguntas chaves
6: Número de treinamento e capacitações para grupos-alvo e implementadores para disseminação e aprimoramento do SISA	13 indicadores	Perguntas chaves
7: Número de intervenções integradas de command-e-control em áreas prioritárias do desmatamento	4 indicadores	Perguntas chaves

O Quadro de Resultados lista, na íntegra, todos os indicadores e as Perguntas chaves, que se encontram resumidos na tabela acima.

3. ABORDAGEM DE MONITORAMENTO DO PROGRAMA REM

3.1. Objetivos e Processo

3.1.1. Emissões Reduzidas

Alinhamento com o sistema nacional: Com o fornecimento de pagamentos por resultados no Brasil, o Programa está alinhado com a Estratégia Nacional de REDD+ (ENREDD+) e com as regras e as diretrizes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC, por siglas em inglês).

Área de contabilidade para emissões reduzidas: Os Programas REM no Acre e em Mato Grosso usam o Bioma Amazônia como área de contabilidade do desmatamento e redução de emissões.

Validação das emissões reduzidas: Os resultados anuais de redução de emissões oriundas do desmatamento estão mensurados, relatados e verificados em concordância com as regras estabelecidas pela UNFCCC (vide fluxograma abaixo). Os resultados estão validados pelo Grupo de Trabalho Técnico REDD+ (GTT-REDD+). O comitê científico do SISA poderá validar os resultados e emitir uma resolução.

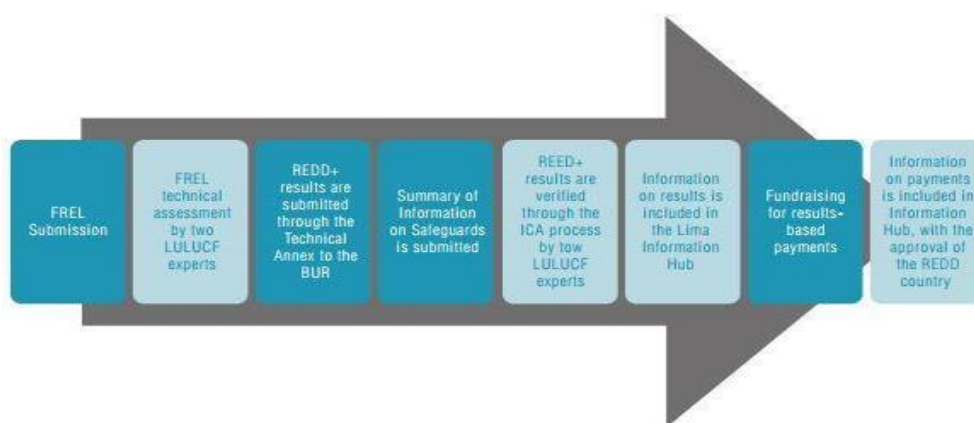
Alocação dos limites de captação: Na base da totalidade das emissões reduzidas no Bioma Amazônia, aloca-se um limite de captação de recursos ao Estado do Acre como aos demais estados da Amazônia.

Pagamentos e publicação: O pagamento por resultados se faz quando a redução de emissões está devidamente verificada e validada. Após o pagamento, as emissões reduzidas e os valores em USD correspondentes são integradas no Info Hub Brasil.

Gatilho de desempenho / performance: Como as emissões reduzidas são calculadas na base do Bioma Amazônico, o assim denominado “gatilho de desempenho / performance” foi introduzido para vincular o pagamento ao desempenho do Estado em reduzir o desmatamento. Se o desmatamento ficar abaixo do gatilho, pagamentos por resultados serão fornecidos pelo ano florestal correspondente.

Monitoramento e relatoria das reduções de emissões: O desmatamento está sendo monitorado continuamente pelas autoridades brasileiras, particularmente o Instituto Nacional de Pesquisas Especiais (INPE) através do Sistema PRODES. O INPE publica dados do PRODES e do incremento ajustado de desmatamento (IAD) anualmente. Com base no PRODES, Brasil desenvolve o Nível de Referência de Emissões Florestais (Forest Reference Emission Level, FREL) e submete relatórios de resultados em ER correspondentes à UNFCCC. Os resultados do FREL e REDD+ são submetidos a um processo de revisão técnica (TA, por siglas em inglês). O processo inteiro, do desenvolvimento do FREL até a publicação dos pagamentos baixo UNFCCC, está como segue:

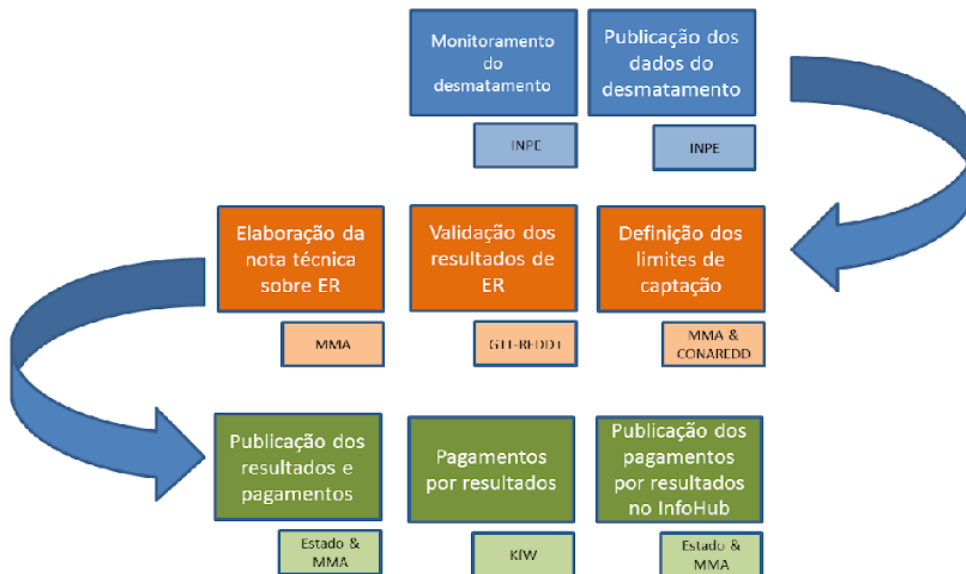
Figura 5. Azul marinho: ações tomadas pelo país de REDD+; azul claro: ações tomadas pelo Secretariado da UNFCCC



As unidades de redução de emissões premiadas pelo Programa REM estão sendo monitoradas pelo Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais (IMC) no caso do Acre, em coordenação estreita com o KfW. Antes de cada desembolso, a quantidade das RE correspondentes está determinada entre os parceiros e o KfW.

As informações relevantes em relação à contabilidade de carbono, regras e resultados globais, são publicadas na página do parceiro para garantir transparência das RE registradas no âmbito do Programa REM, inclusive RE premiadas e aquelas retiradas como mecanismo de gestão de riscos. Um formato para o monitoramento está sendo desenvolvido no início do Programa e mantido pelos parceiros, em coordenação com o KfW. Dados relevantes sobre a contabilidade de carbono podem ser solicitados constantemente pelo BEIS.

Figura 6. Fluxograma para o processo de monitoramento e validação do desmatamento e das reduções de emissões

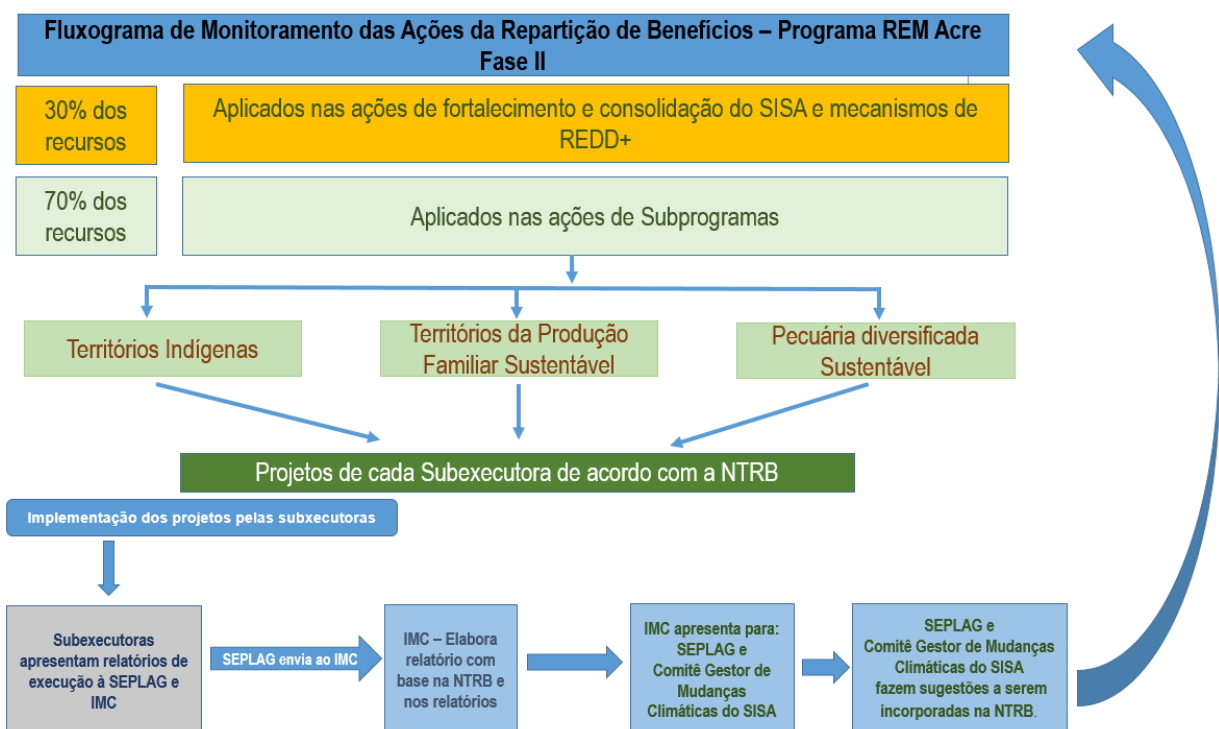


O IMC reportará a redução das emissões do corrente ano em seu site, de acordo com as Emissões Reduzidas (RE) e limite de captação dos Estados informado pelo MMA na plataforma InfoHub.

3.1.2. Repartição de benefícios / investimentos

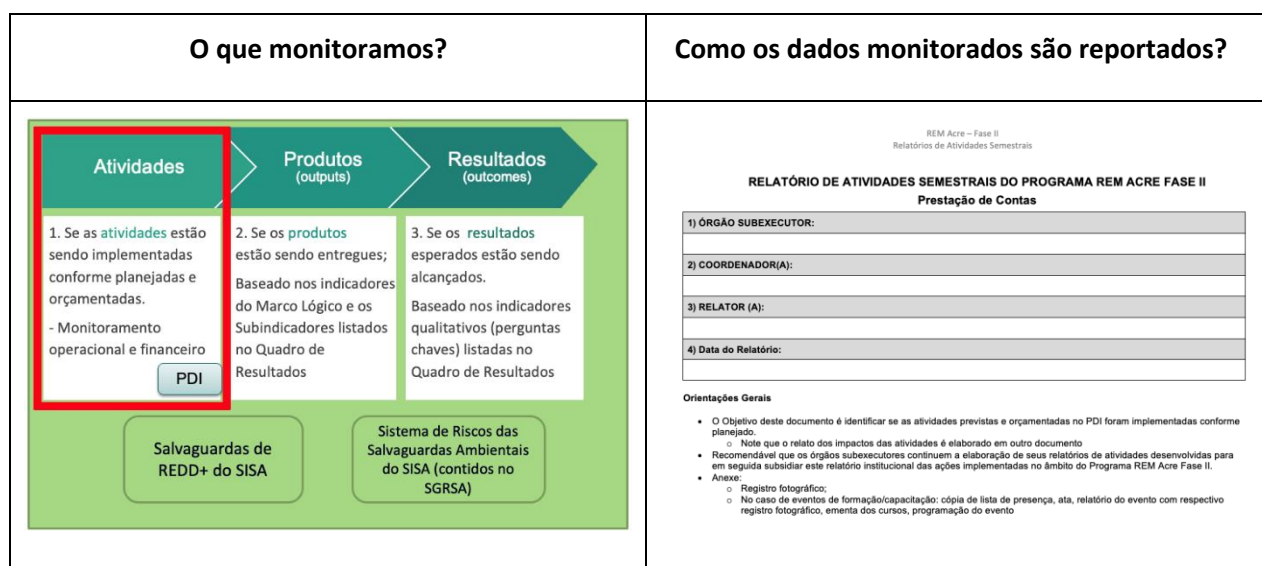
A repartição de benefícios envolve diversos atores e atividades. A figura abaixo reflete o sistema como um todo:

Figura 7. Fluxograma de monitoramento das ações da repartição de benefícios



Abaixo, descrevemos em detalhe COMO monitoramos os elementos que decidimos monitorar (resumidos na Figura 5 O QUE o Programa monitora?) e QUEM (qual instituição) está envolvida.

Figura 8 Monitoramento e reporte das Atividades (operacional e financeiro)



As **Atividades** (listadas no Quadro de Resultados) serão implementadas de acordo com o orçamento previsto no Plano de Investimentos (PDI). Os PDIs constituem a base para os relatórios técnicos e financeiros e são parte integral do monitoramento das atividades. O PDI incluirá todas as atividades previstas das subexecutoras no âmbito dos subprogramas, seus objetivos e resultados, grupo alvo e estimativa de custo. O PDI será apresentado ao KfW antes de cada desembolso, para fins de não-objeção.

As instituições subexecutoras terão responsabilidade sobre a coleta e reporte dos dados das atividades, beneficiários e georreferenciamento, conforme modelos a serem enviados pela SEPLAG (Anexos 6 e 7). Atualmente o modelo está em formato Word, mas será transferido para a Plataforma de Monitoramento Online, que está sendo desenvolvida pela consultoria internacional.

A UCP será responsável pela atualização e distribuição de relatórios semestrais de progresso junto às instâncias de acompanhamento do Programa, como IMC, Comitê Gestor de Mudanças Climáticas do SISA e KfW.

A participação da SEPLAG nas agendas de campo com vistas ao monitoramento também será realizada de forma amostral e nas atividades de maior impacto, tanto financeiro quanto em termos de resultados operacionais efetivos.

A SEPLAG contará com uma ferramenta de coleta de informações em campo que aborde as modalidades de investimentos onde normalmente as instituições subexecutoras utilizam recursos financeiros para aquisição de equipamentos, apoio para construção de pequenas estruturas, além da implantação de unidades demonstrativas. A outra modalidade é de custeio, onde está prevista a aquisição de insumos

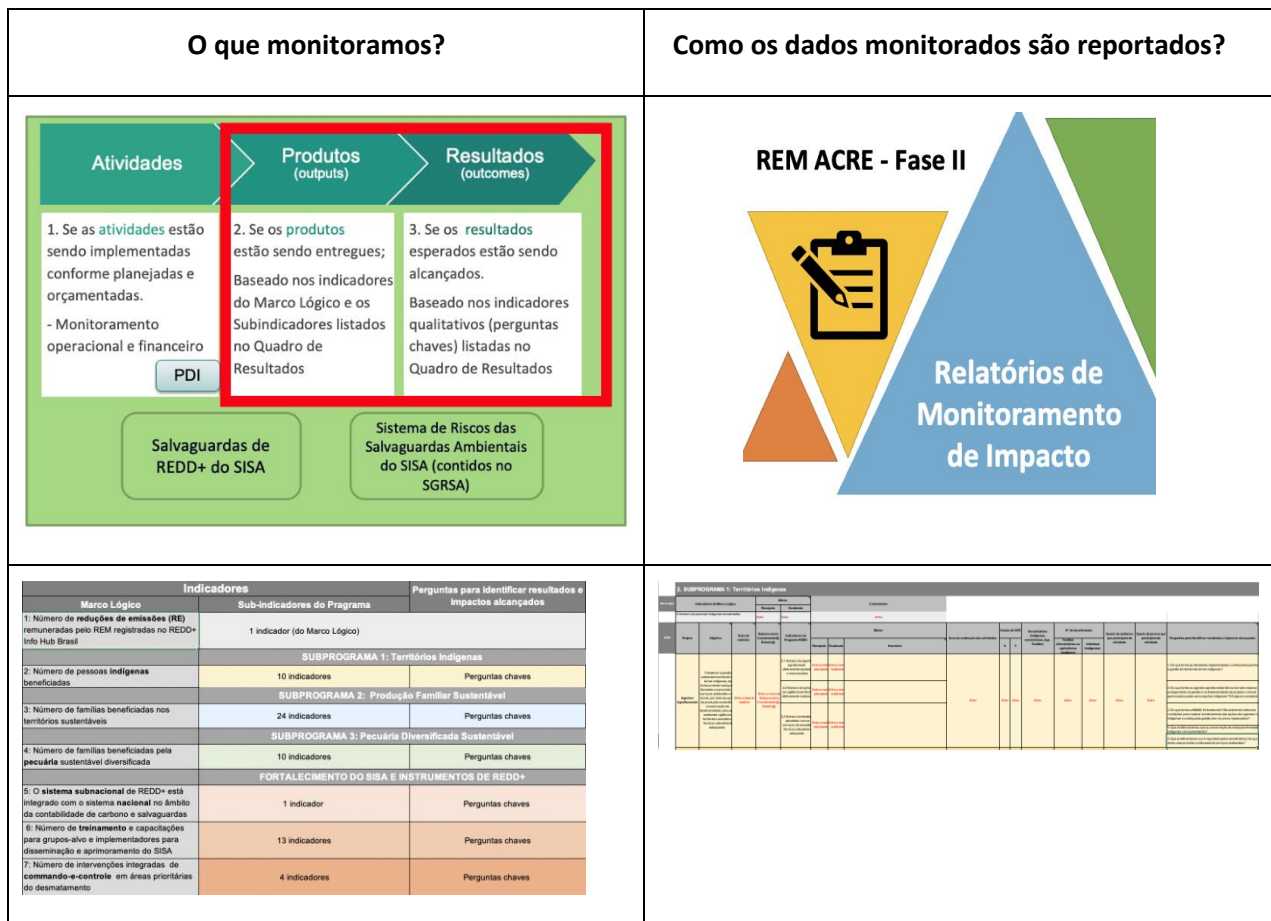
para produção, de bens de consumo administrativos e produtivos, além da realização de treinamentos, cursos e reuniões definidas no planejamento de cada órgão.

Considerando os níveis de execução de cada atividade, conforme as modalidades de pagamento e a frequência de coleta das informações definidas juntamente com os indicadores, pretende-se inicialmente monitorar as atividades que utilizam maior volume de recursos financeiro, maior alcance de beneficiários e abrangência geográfica, além da participação de jovens e mulheres.

O Governo do estado optou pela criação do Plano Operativo Anual (POA) para facilitar o acompanhamento junto às subexecutoras. O POA possui como função detalhar as ações a serem executadas em cada eixo do PDI. Cada subexecutora elabora seu POA específico, onde demonstram de forma detalhada cada contrato, pagamento e processo em licitação vinculado a cada linha orçamentária do programa previsto no PDI.

Além disso, SEPLAG monitora a execução financeira dos serviços contratados mediante as plataformas de monitoramento do Governo do Estado, como o Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil – SAFIRA, o Sistema de Planejamento e Gestão de Projetos (SPGP), o Sistema de Gerenciamento de Operações de Crédito, entre outros.

Figura 9 Monitoramento e reporte dos Produtos e Resultados

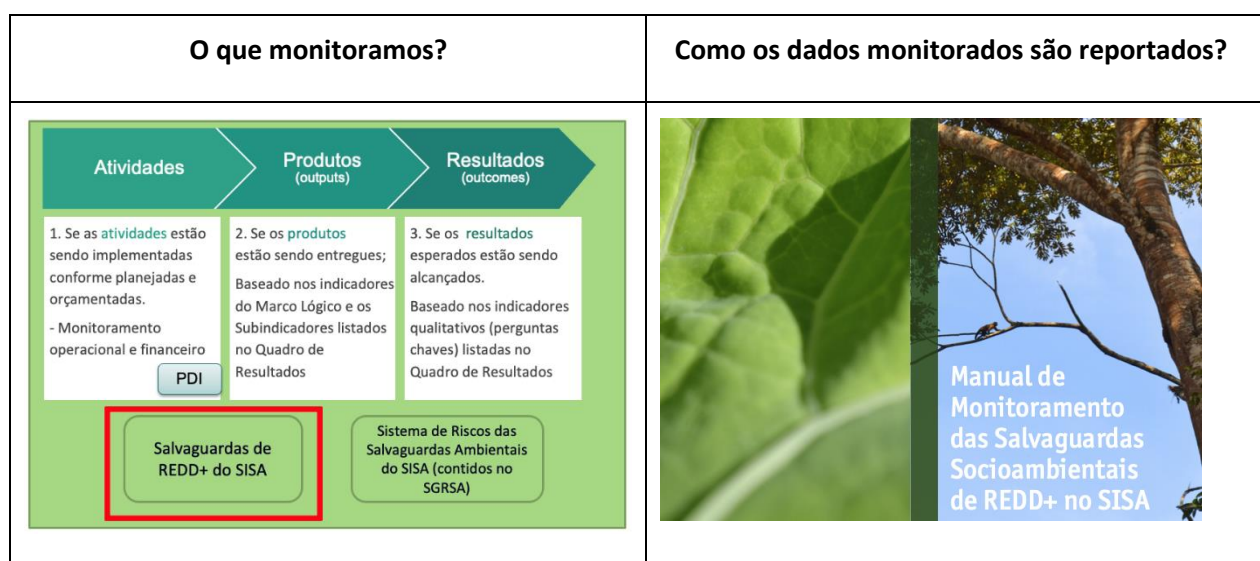


Os **Produtos** (resultado dos indicadores de produto) e **Resultados** (resposta das perguntas a fim de determinar se os resultados esperados foram alcançados), serão sistematicamente reportados pelas subexecutoras, a cada 6 meses, num documento chamado “Modelo de Relatório de Monitoramento de Impacto” (Anexo 7). Atualmente o modelo está em formato Excel, mas será transferido para a Plataforma de Monitoramento Online, que está sendo desenvolvida pela consultoria internacional.

O objetivo deste documento é concentrar os principais dados monitorados e reportados pelos implementadores do Programa REM Acre em um documento central para ajudar a agregar informações e comunicar resultados e impactos.

A UCP será responsável pela administração deste documento. Uma vez em posse dos dados necessários, a UCP analisará a informação e produzirá relatórios semestrais de progresso junto às instâncias de acompanhamento do Programa, como IMC, Comitê Gestor de Mudanças Climáticas do SISA e KfW.

Figura 10 Monitoramento e reporte das Salvaguardas de REDD+ do SISA



O Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais (IMC) é responsável por monitorar o cumprimento das **salvaguardas** sociais e ambientais que regem a SISA. A autoavaliação das salvaguardas do SISA estabeleceu 52 indicadores de verificação socioambiental. Em seu primeiro estágio de implementação foi possível verificar 18 indicadores, de acordo com as atividades executadas.

Esses indicadores são verificados através da aplicação de um formulário ao beneficiário do programa e seus dados são sistematizados para geração de informação e resultados.

O monitoramento é realizado pela equipe técnica do IMC em conjunto com as instituições de apoio ao SISA para coleta e geração de informação e resultado do programa.

As visitas técnicas serão distribuídas nas 5 regionais do estado, priorizando pontos estratégicos das ações de atividades em execução, e a frequência será de acordo com as necessidades verificadas mediante a implementação das atividades por seus executores.

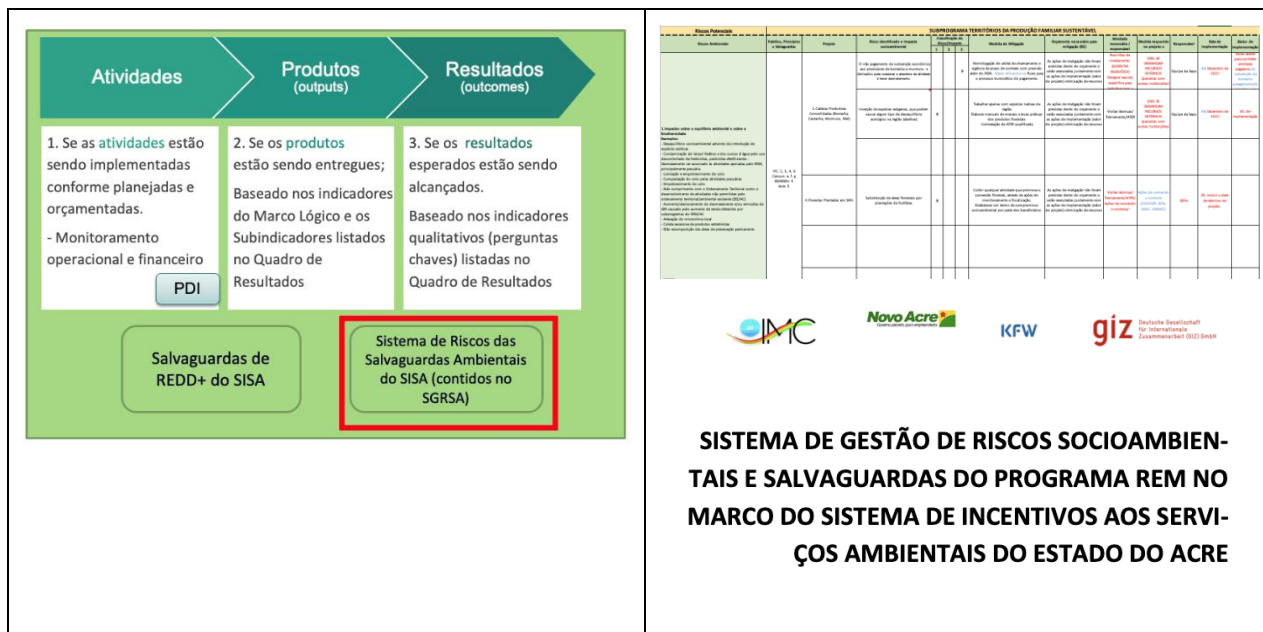
Os dados serão sistematizados e compilados em plataforma digital com acesso disponível no site do IMC.

Figura 11 Plano de monitoramento das salvaguardas do SISA



Figura 12 Monitoramento e reporte do Sistema de Riscos

O que monitoramos?	Como os dados monitorados são reportados?
--------------------	---



Para que o Programa possa resultar em benefícios efetivos e justos para os beneficiários do SISREDD+, é necessário identificar, avaliar, mensurar, mitigar e monitorar os prováveis riscos socioambientais oriundos das atividades previstas nos subprogramas REM e no SISREDD+.

Para a implementação da segunda fase o Programa REM se fez necessária uma atenção especial na gestão de riscos, em vista do amadurecimento do Sistema de Informações de Salvaguardas desenvolvido no Estado e de alguns riscos já identificados na implementação da primeira fase do Programa. Isto se deu no âmbito do Sistema de Gestão de Riscos Socioambientais (SGRSA), através da identificação e análise de potenciais riscos, baseado nas salvaguardas internacionais, nacionais e estaduais. O SGRSA servirá para integrar as salvaguardas na gestão e no monitoramento do SISA, e do Programa REM em particular, que se aplica às ações previstas nos Subprogramas da Estratégia de Repartição de Benefícios.

A operacionalização do SGRSA conta com quatro fases, as quais serão implementadas através de ferramentas práticas pelos atores previamente identificados em cada nível de responsabilidade na gestão de riscos:

- Fase #1: Seleção de subprogramas, projetos/atividades;
- Fase# 2: Identificação e avaliação de riscos;
- Fase #3: Implementação de medidas de mitigação;
- Fase #4: Monitoramento e avaliação (retroalimentação).

A Fase #4 objetiva monitorar tanto a implementação e efetividade das medidas mitigadoras como também o monitoramento da evolução dos riscos previamente identificados e a ocorrência de outros impactos/riscos não antecipados. O monitoramento irá viabilizar uma retroalimentação do Sistema, possibilitando às unidades gestoras refletir sobre a necessidade de exigir novas medidas mitigadoras às

unidades de implementação, reorientar, ou mesmo encerrar, os projetos mais problemáticos. O monitoramento deverá ser realizado em dois níveis:

- As **unidades de implementação** (*subexecutoras, aglutinadoras e entidades intervenientes*) são responsáveis pelo relato da implementação das medidas mitigadoras e os impactos/riscos que se concretizaram nos seus projetos, e tem para isso um “*formulário de relatório anual*”;
- As **unidades gestoras** (sobretudo *gerência operacional, apoiada pela gerência estratégica*) são responsáveis por monitorar se as medidas mitigadoras foram implementadas (através da “*matriz de riscos*”, “*constatação direta por meio de amostragem*”, e os “*relatos da Ouvidoria*”), avaliar e assegurar a qualidade dos relatórios das unidades de implementação, e responder rapidamente no caso de ocorrer impactos negativos antecipados e não antecipados. Elas precisam obter a visão geral sobre a *performance* de toda gestão de riscos.

As principais ferramentas para o monitoramento incluem: a matriz de risco, formulários de relatório anual, relatos da ouvidoria, e missões de monitoramento aleatórias (conforme detalhadas no SGRSA, inclusa no Anexo 5).

O IMC, em sinergia com a SEPLAG, realizará avaliação constante das atividades propostas quanto aos riscos em relação às salvaguardas socioambientais, quanto ao potencial, de direta ou indiretamente, aumentar o risco de desmatamento e gerar impactos sociais negativos nas áreas de implementação das mesmas. Essa avaliação e gestão será exigida para todos os termos de cooperação e termos de colaboração no âmbito do Programa REM Acre Fase II.

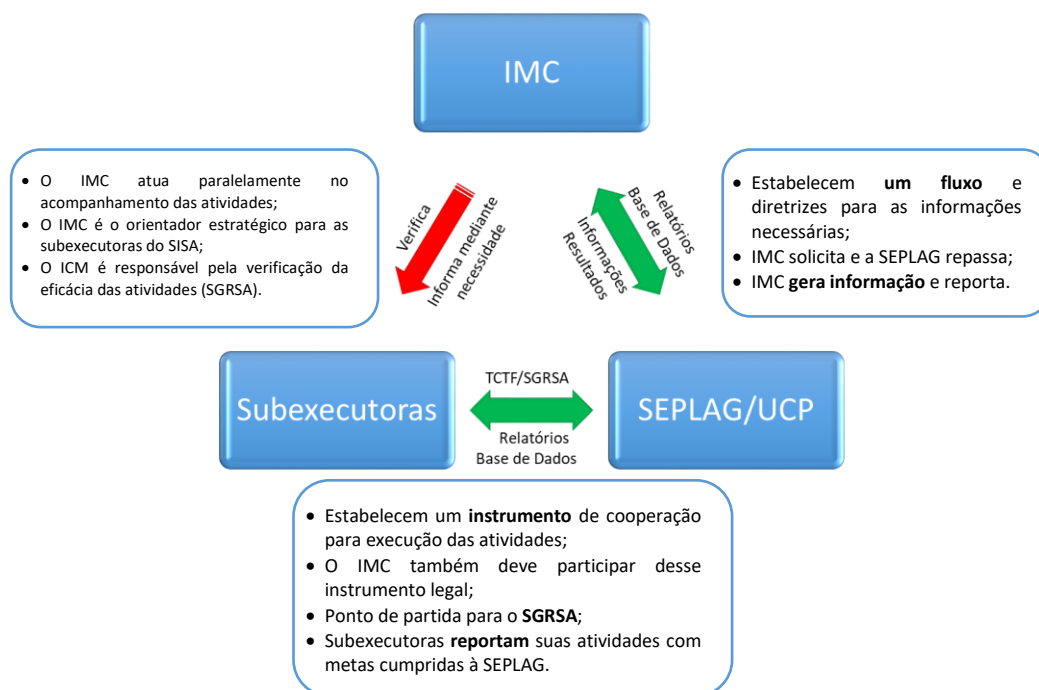
As atividades e/ou projetos fomentados pelas subexecutoras serão analisados mediante matriz de riscos e critérios estabelecidos no SGRSA. Assim, o relatório de Gestão de Riscos e do cumprimento das Salvaguardas ambientais resguarda o SISREDD+ de possíveis impactos ambientais, sociais, culturais, econômicos ou político-institucionais negativos advindos das atividades e ações desenvolvidas no âmbito de seus subprogramas.

Ressalta-se que a implementação do SGRSA é de modo participativo e consultivo, sendo que os beneficiários terão suas atividades submetidas aos critérios de elegibilidade definidos no sistema de gestão de riscos socioambiental e salvaguardas do programa REM (SGRSA) em cada subprograma e que para cada risco identificado é elaborado um plano de mitigação.

De forma complementar, o Sistema de Gestão de Riscos Socioambientais (SGRSA) deverá ser implementado de maneira a responder (a) à demanda da sociedade civil por um acompanhamento dos potenciais riscos das iniciativas que estão sendo financiadas por instituições financeiras; (b) viabilizar o cumprimento do marco internacional de REDD+ e do “no harm” dos financiadores; (c) identificar os

responsáveis e saber reagir à ocorrência de riscos; (d) aprimorar a qualidade da implementação do projeto; e (e) viabilizar o aporte de novos de financiamentos visando a sustentabilidade do programa.

Figura 13 Fluxo da informação SGRSA

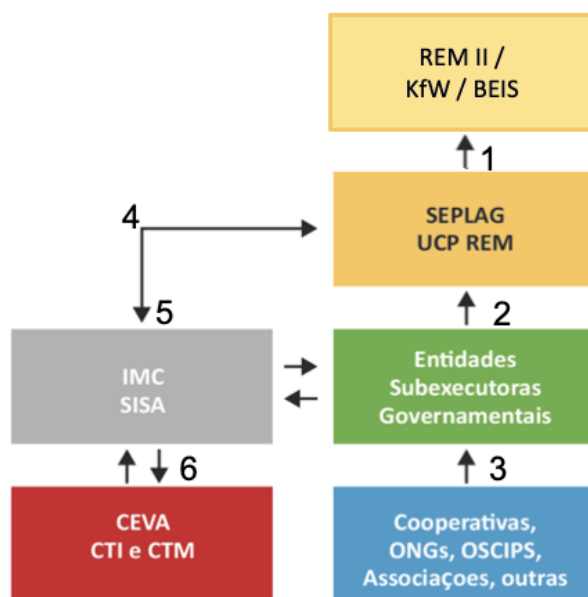


3.1.3. Arranjo institucional do monitoramento

O monitoramento será realizado de forma integrada entre SEPLAG/UCP, subexecutoras e IMC. A SEPLAG/UCP vai liderar o monitoramento operacional e financeiro e as atividades implementadas pelas subexecutoras. Para que esse procedimento seja concretizado, é de fundamental importância que as subexecutoras tenham capacidade técnica e recursos humanos para exercer seu papel de monitoramento *in loco* de suas atividades. Em períodos aleatórios, a UCP/REM poderá verificar por amostragem os dados apresentados pelas subexecutoras.

O IMC vai liderar o monitoramento na área das salvaguarda do SISA, resultados e impactos do Programa REM e deverá assegurar a produção de informações para as instâncias de monitoramento e controle social. Os dados serão integrados e processados na Plataforma de Monitoramento.

Figura 14 Fluxograma com organizações / atores chaves e as responsabilidades respectivas



1 – Nos moldes, formatos e conteúdos acordados no MOP e aqui no MEL, a SEPLAG/UCP REM consolida os relatórios semestrais, anuais, bianuais e finais e encaminha ao KfW para considerações e aprovação.

2 – A SEPLAG/UCP REM encaminha os modelos/formulários de coletas de dados (Anexos 6 e 7) às subexecutoras, que em prazos estipulados devolverão à UCP para consolidação e posterior aferição aleatória *in loco*.

3 - Com base nos modelos/formulários padrões encaminhados pela SEPLAG/UCP REM, as subexecutoras em parceria com as entidades inseridas no processo de execução coletam as informações necessárias para a elaboração do relatório. O relatório a ser aplicado pelas subexecutoras poderá ser utilizado em suas metodologias e ferramentas de trabalho, contudo as informações básicas solicitadas deverão estar no documento, utilizando também os Termos de fomento/Convênios entre subexecutoras e organizações beneficiadas, prestação de contas, relatórios etc.

4 – A SEPLAG/UCP REM encaminha a base de dados dos relatórios enviados pelas subexecutoras, conforme solicitado pelo IMC, e insere em seus formulários como complementaridade ao monitoramento de impacto e de salvaguardas, bem como o de gestão de riscos. Em parceria com as subexecutoras, já com a base dos dados básicos em mãos, o IMC coordena a aplicação dos formulários para o levantamento dos dados. Após finalizado este relatório, que se refere especificamente à estratégia de REDD+, o IMC encaminhará à SEPLAG/UCP REM, que fará a leitura e considerações, para posterior envio ao KfW. Estes documentos estarão em anexo ao relatório semestral, anual e final: relatório sobre fortalecimento do SISA e mecanismos de REDD+, monitoramento das ações estratégicas e salvaguardas.

5 – O IMC fará o elo de comunicação com a CEVA quanto ao processo de monitoramento e veiculação das informações, reuniões de governança, validação, acompanhamento e propostas da execução, respeitando transparência e representatividade.

3.1.4. Missão de Monitoramento Anual sobre os Avanços do Programa (Project Progress Review, PPR). Como ferramenta padrão da gestão de projetos, o KfW realiza missões de monitoramento anuais sobre os avanços do Programa (PPR, por siglas em inglês) para avaliar a implementação do Programa. A ênfase principal das missões PPR do Programa REM são assuntos operacionais e estratégicos do Programa.

Essas missões têm por finalidade monitorar e avaliar os avanços físico e financeiro do Programa Global REDD Early Movers (Programa REM Acre), identificar e pactuar medidas para consolidar, acelerar e melhorar a execução do programa e seus resultados, além de identificar e pactuar medidas sobre prioridades técnicas e estratégicas.

As missões são organizadas pelos parceiros do projeto (SEPLAG e IMC no Acre), em estreita coordenação com KfW.

Atividades principais e previstas durante a missão:

- Visita Técnica à Unidade de Coordenação do Programa – UCP/REM SEPLAG;
- Reunião Técnica com representantes da Casa Civil e Comitê Gestor de Mudanças Climáticas do SISA (CGMC);
- Encontro com as instâncias de Governança do Programa REM Acre Fase II;
- Visitas técnicas a campo e às instituições executora e subexecutoras do Programa;
- Outras atividades pertinentes à Missão.

4. ABORDAGEM DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA REM

Avaliações independentes ajudam a determinar o quão eficaz e eficiente a implementação do Programa está sendo realizada, assim como identificar os principais impactos (positivos e negativos) que estão sendo gerados e se o Programa está alcançando suas metas. Os objetivos específicos são:

1. Avaliar em que grau o Programa atende/satisfaz as necessidades de atores chave, particularmente do governo estadual, dos parceiros de implementação do governo, da sociedade civil e das comunidades locais (pertinência);
2. Avaliar em que grau os avanços nos indicadores da matriz lógica correspondem ao esperado nesta fase de implementação do Programa (eficácia);
3. Avaliar em que grau o investimento do Programa é adequado em relação aos resultados obtidos (eficiência);
4. Avaliar em que grau é previsível que os resultados positivos do Programa perdurem (sustentabilidade);

5. Elaborar conclusões e recomendações quantificáveis, alcançáveis e relevantes resultando do processo de avaliação do Programa REM.

Enquanto o monitoramento é realizado pelos atores que implementam e acompanham o Programa, as avaliações são conduzidas por agentes externos e independentes.

O Programa REM Fase II realizará avaliações independentes de progresso e impacto (Meio termo e Final), bem como auditorias, observando suas diferenças:

	Auditoria	Avaliação
Frequência/ tempo	Episódica, anual ou final.	Episódica, a meio percurso, no final. Ocasional, durante e/ou após a implementação.
Ação principal	Controlo da conformidade relativamente às normas.	Apreciação, medição dos efeitos, atribuição de causalidades.
Objetivos	Garantir o respeito das normas, acabar com as práticas não conformes.	Melhorar a eficácia externa, os efeitos, o impacto da futura programação. Recolha de informação para determinar a relevância, eficácia, eficiência, impacto e sustentabilidade de
		uma intervenção de desenvolvimento.
Fontes de informação	Informações de acompanhamento da gestão.	Informações de acompanhamento, estudos, entrevistas, análises, inquéritos.
Entidade que encomenda	Autoridades da organização ou sua tutela.	Autoridades que decidem sobre a realização do projeto ou da política.
Quem efetua	Auditores especialistas e acreditados (internos ou externos).	Avaliadores exteriores ao projeto ao à política (internos ou externos à organização) com a participação, em certos casos, da equipa do projeto (autoavaliação).
Principais / utilizadores/ destinatários do relatório	Autoridades da organização ou sua tutela.	Autoridades que têm que decidir sobre a realização do projeto ou da política. Grupo alargado de decisores. Público em geral, opinião pública, contribuintes.

Fonte: OECD: <https://www.oecd.org/>

As avaliações são baseadas em perguntas chaves, agrupadas em 6 critérios:

Relevância	Medida segundo a qual os objetivos de uma intervenção de desenvolvimento correspondem às expectativas dos beneficiários, às necessidades do país, às prioridades globais, às políticas dos parceiros e dos doadores. Confere se as atividades e os resultados da intervenção estão em linha com os programas estabelecidos e correspondem de forma adequada às necessidades identificadas.
Pertinência	Medida segundo a qual os objetivos de uma intervenção de desenvolvimento correspondem às expectativas dos beneficiários, às necessidades do país, às prioridades globais, às políticas dos parceiros e dos doadores. Confere se as atividades e os resultados da intervenção estão em linha com os programas estabelecidos e correspondem de forma adequada às necessidades identificada.
Eficácia	Medida segundo a qual os objetivos da intervenção de desenvolvimento foram atingidos, ou se espera serem alcançados, tendo em consideração a sua importância relativa. Mede em que medida a ajuda atinge os seus objetivos. É, assim, a relação entre os objetivos pretendidos e os resultados alcançados.

Eficiência	Medida segundo a qual os recursos são convertidos em resultados da forma mais econômica. Se há uma boa relação custo-benefício. Mede a produtividade da intervenção, no sentido em que ela será tanto mais eficiente quanto conseguir atingir os seus objetivos ao menor custo possível.
Impacto	Efeitos a longo prazo, positivos e negativos, primários e secundários, induzidos por uma intervenção de desenvolvimento, direta ou indiretamente, previstos ou não. Mede as consequências globais do projeto, programa ou política sobre o contexto em questão.
Sustentabilidade	Continuidade em relação aos benefícios resultantes de uma intervenção de desenvolvimento, após a sua conclusão. Medir a probabilidade dos benefícios perdurarem no longo prazo. Visa saber em que medida os grupos alvo podem e querem apropriar-se dos resultados dessa intervenção.

Os implementadores do Programa REM promoverão um evento participativo para identificar as perguntas relevantes dentro desses critérios, pelo menos 3 meses antes do começo da avaliação. As perguntas devem refletir questões atuais que estão sendo ponderadas pelos implementadores.

Os Termos de Referência (TdR) das avaliações externas e independentes (de meio-termo e do final) serão elaborados pela SEPLAG e IMC, que detalharão o escopo, abordagem e implementação. Haverá consulta prévia ao BEIS e KfW sobre o teor destes TdR, cabendo ao KfW o direito de não-objeção.

As duas avaliações independentes (meio termo e final) serão licitadas pelo parceiro (SEPLAG) através de um processo competitivo, conforme manual operativo do Programa. O KfW tem o direito de não-objeção da empresa selecionada.

A implementação das avaliações é supervisionada pelos parceiros do Programa. O KfW e o BEIS estão envolvidos na fase inicial da avaliação, com o direito de comentar sobre o relatório do início e seus experts consultados como informantes chaves. Os relatórios finais serão submetidos a uma revisão dos parceiros, do KfW e do BEIS e comentários serão integrados pela empresa executora.

Os resultados da avaliação de meio termo serão considerados e, sempre que possível, integrados na gestão do Programa. Os resultados relevantes serão publicados ao público em geral.

5. ABORDAGEM DE APRENDIZADOS DO PROGRAMA REM

A implementação do Programa gera dados, informações e aprendizados que são de relevância não só para os implementadores do Programa (para melhorar a implementação), mas também para outros atores no nível nacional e internacional.

O Programa desenvolverá uma abordagem sistemática (na plataforma Online) para capturar lições aprendidas de forma sistemática e participativa.

Semestralmente, ou anualmente, o Programa realizará um Workshop participativo com os implementadores do Programa para:

- Apresentar as principais lições coletadas;
- Discutir *hot-topics* com os participantes;
- Categorizar os principais resultados e debater como estes podem ajudar a melhorar a implementação visando aumentar o impacto;
- Usar o conhecimento adquirido para ajudar a atualizar documentos chaves, como o Plano MEL e as áreas prioritárias para comando e controle.

Um plano de comunicação deverá ser elaborado à parte.

6. RISCOS DO PLANO MEL

A implementação do Programa REM, em geral, vem acompanhada de vários riscos que foram identificados em outros documentos. Neste documento elencamos os riscos especificamente relacionados à implementação do plano MEL:

Possíveis Riscos na implementação do MEL	Possíveis ações mitigantes
Mudanças de governo, na liderança do programa, na equipe de coordenação das unidades executoras e subexecutoras.	Implementar um programa continuado de gestão integrada de monitoramento, avaliação e aprendizado entre as pessoas focais de todas as instituições envolvidas (SEPLAG, IMC e subexecutoras), institucionalizando processos para melhorar e fortalecer a memória institucional.
Falta de recursos humanos especializados nas subexecutoras para o monitoramento.	Utilizar recursos do Programa para contratar técnicos especialistas e capacitar os técnicos das subexecutoras para melhorar a implementação e o monitoramento.
Dificuldades de compreensão do Programa REM Acre Fase II, tanto no nível conceitual quanto metodológico por parte das unidades subexecutoras e os beneficiários. Como consequência, teríamos uma demora por parte das subexecutoras com relação à elaboração e cumprimento dos prazos de envio dos relatórios de monitoramento, o que prolongaria e dificultaria a análise dos resultados alcançados.	Capacitação sobre monitoramento e implementação do Plano MEL para os gestores, lideranças, equipes implementadoras e beneficiários.
Dificuldades de sistematização dos resultados do Programa.	Ferramentas que contribuem/facilitem a sistematização e especialistas que orientem e facilitem.

Eventos não previstos (exemplo a Pandemia, mudanças climáticas) dificultam o monitoramento.	Utilizar sistemas não convencionais (exemplos: plataformas online, sistemas de rádio, ajuda de outros agentes como o exército, chamadas telefônicas). Postergar atividades, repensar atividades que ajudem a melhorar resiliência dos grupos alvo.
Baixa participação dos jovens no monitoramento do Programa.	Envolver jovens no processo de monitoramento local através de meios tecnológicos simples (exemplos: telefone, vídeos)
Os subprogramas são monitorados, mas de forma isolada, sem sinergias.	Realizar reuniões e intercâmbios mais constantes entre as subexecutoras.

7. ANEXOS

Anexo 1: Quadro de Resultados

Anexo 2: Marco Lógico

Anexo 3: Nota Técnica de Repartição de Benefícios

Anexo 4: Autoavaliação do Cumprimento de Salvaguardas Socioambientais no SISA e no Programa ISA Carbono do Estado do Acre

Anexo 5: Sistema de Gestão de Riscos

Anexo 6: Modelo de Relatórios de Atividades Semestrais

Anexo 7: Modelo de Relatório de Monitoramento de Impacto